



TERRA, TRABALHO E RESISTÊNCIA: tecendo a extensão a partir de uma perspectiva popular

OLIGARI, Aline¹

MERCADANTE, Gabriela Grandó²

SALVAN, João Vitor³

LUSA, Mailiz Garibotti⁴

SCHAPPO, Sirlândia⁵

RESUMO: A extensão na perspectiva popular constrói e socializa conhecimentos entre universidade e sociedade que desconstruem relações de saber-poder historicamente construídas e hegemonicamente consolidadas na realidade brasileira. O trabalho destaca aspectos e autores ligados a essa vertente da extensão, as articulações e os desafios postos na realidade para a sua efetivação, bem como as balizas teóricas na compreensão sobre o significado de terra, trabalho e resistência na sociabilidade capitalista. Em seguida, apresentam-se os princípios que orientam o Grupo Terra, Trabalho e Resistência, cujas atividades estão previstas no Projeto "Movimentos Sociais, ruralidades e Serviço Social: educação popular e lutas sociais" vinculado Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os princípios construídos explicitam uma aproximação com os debates teóricos que orientam a extensão na perspectiva popular, a partir da construção de atividades e de saberes de forma coletiva e participativa.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Popular; Universidade; Campo.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva refletir a partir de referenciais teóricos a perspectiva da extensão popular, evidenciando os princípios que direcionam o Grupo Terra, Trabalho e Resistência, que atualmente desenvolve o projeto intitulado "Movimentos Sociais, ruralidades e Serviço Social: educação popular e lutas sociais". O projeto é vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e possui o apoio do programa PROBOLSAS, da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).

¹ Estudante de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e integrante do grupo Terra, Trabalho e Resistência. e-mail alineogliari@ufsc.br.

² Estudante de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e integrante do grupo Terra, Trabalho e Resistência. e-mail gabiigrandoufsc@ufsc.br.

³ Estudante de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e integrante do grupo Terra, Trabalho e Resistência. e-mail joaovitorsalvann@ufsc.br.

⁴ Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da UFSC e Coordenadora do grupo Terra, Trabalho e Resistência. e-mail mailiz.lusa@ufsc.br.

⁵ Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da UFSC e integrante do grupo Terra, Trabalho e Resistência. e-mail sschappo@ufsc.br.



O grupo propõe uma construção coletiva de atividades por meio do trabalho de professoras e estudantes no âmbito do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina em interlocuções com os trabalhadores e as trabalhadoras do campo e suas formas de resistência. Iniciado em 2022, o projeto desenvolve atividades que buscam aproximar estudantes e professores/as da realidade agrária e das demandas oriundas dos/das trabalhadores/as do campo e suas formas de resistência, com intuito de sensibilizar, estimular e ampliar a compreensão em relação à realidade social brasileira e às possibilidades de construção coletiva de saberes, lutas e resistências.

Seguindo esta introdução, na segunda seção apresenta-se algumas reflexões teóricas sobre a extensão na perspectiva popular, enquanto uma estratégia política contra hegemônica ao modelo de universidade historicamente constituído. Porém, é fundamental que esta seja realizada articulada por meio dos pilares ensino, pesquisa e extensão, a partir de uma perspectiva de diálogo e da construção coletiva em prol dos interesses da população. Assim, utiliza-se do *trabalho* como categoria fundamental para pensar um outro modelo de extensão, definida como “trabalho social útil” (EXTELAR, 2011).

Já na terceira seção o foco foi teorizar sobre as categorias que compreendem o nome do grupo – “terra”, “trabalho” e “resistência” – e apresentar alguns dos princípios fundamentais em uma extensão popular, e que expressam a direção e organização adotadas. Se o projeto é ancorado na perspectiva da educação popular, busca-se desenvolver uma extensão que seja também popular; e, por isso, as atividades precisam ser projetadas e amparadas em ideias e princípios comprometidos com a emancipação da classe trabalhadora, em consonância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social e suas expressões concretas.

Nas considerações finais são apresentadas reflexões sobre a extensão popular e os princípios que a orientam, com o intuito de despertar a importância desta no contexto da curricularização da extensão na atualidade. Considera-se que ela condiz com as diretrizes da formação profissional e com os princípios ético-políticos que orientam a profissão no âmbito do Serviço Social.

A EXTENSÃO NA PERSPECTIVA POPULAR

A extensão popular configura-se como um trabalho e uma construção coletiva por meio de um processo que envolve reflexões, ações e sujeitos engajados e comprometidos com as lutas, demandas, necessidades, proposições e direitos da classe trabalhadora. Essa



perspectiva confronta a ideia de Universidade enquanto uma instituição historicamente elitista, onde a produção de conhecimentos restringe-se aos setores privilegiados da sociedade burguesa, violando o princípio da educação como um direito de todos/as.

[...] faz-se necessário também entender a extensão popular não como um processo de levar para a comunidade o que a universidade tem de melhor, mas de lançar mão de ferramentas como a pesquisa-ação que permitem a geração de um novo conhecimento que surge do encontro entre os extensionistas – professores, técnicos e estudantes – com a comunidade. Em tempos neoliberais, a extensão popular também possui outra função contra-hegemônica ao insistir o valor de comunidade, de solidariedade, do coletivo e de cooperação frente ao implacável individualismo e consumismo que constituem premissas básicas do neoliberalismo (IRELAND, 2017, p. 30).

É nesse sentido contra-hegemônico que a extensão popular, segundo o autor, faz parte de uma estratégia política de apoio às classes subalternas, reconhecendo que a educação não é neutra. Porém, é fundamental que esta seja realizada a partir de uma perspectiva de diálogo e da construção coletiva e não como uma mera forma de estender conhecimentos por meio de uma “invasão cultural”, como bem destaca o pensamento freiriano.

Na crítica à extensão hegemônica, Paulo Freire (1983) vai apontá-la como antidialógica, pois nega o diálogo e o *atuar com*, ao passo que privilegia o *atuar para*, no sentido de levar o conhecimento erudito àqueles que supostamente “nada sabem”, ignorando a participação e a realidade desses sujeitos na prática extensionista. Como afirma a literatura (MELO NETO, 2001; EXTELAR, 2011), a extensão tem suas raízes na Europa, no século XIX, por meio das chamadas universidades populares, onde se almejava levar o conhecimento adquirido nas instituições para aqueles que não tinham condições de frequentá-las. Ela se materializava por meio de oficinas, para dar à população alguma capacitação técnica. Depois, nos Estados Unidos, vai se dar principalmente no desenvolvimento de tecnologias rurais destinadas aos agricultores, numa lógica de prestação de serviços transversalizada pelo pensamento desenvolvimentista.

Muito influenciada pelo Congresso Estudantil ocorrido no México em 1908, é na América Latina que outra proposta será desenvolvida, com destaque para o Movimento de Córdoba, na Argentina (1918). A forte mobilização estudantil cordobesa ansiava por outro projeto de universidade, que se preocupasse com os reais problemas nacionais, e que sua razão social fosse superá-los. Compreender a universidade como instrumento de superação das mazelas, requeria defender outro modelo de instituição, que se aproximasse das maiorias sociais e servisse aos seus interesses: a extensão viria cumprir esse papel.



Ainda assim, essa perspectiva de extensão era ancorada na ideia de transferência do conhecimento, de jeito que o saber da academia pudesse ser incorporado pelos setores populares, isto é, por meio da difusão cultural. Ela influenciou também a compreensão da extensão adotada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), quando da sua criação em 1938, disputada mais tarde com a própria ditadura. No caso da UNE, a extensão se materializava por meio de cursos e divulgação cultural e científica, também na lógica de difusão (MELO NETO, 2001).

Tomando novamente as contribuições do patrono da educação brasileira para a crítica ao modelo de extensão dominante, contestada neste trabalho, por uma questão ética e de compromisso com as classes subalternas, entende-se que a sua prática atua na intenção de substituir um saber pelo outro (FREIRE, 1983), como se o saber produzido na academia devesse tomar o lugar do conhecimento popular, num gesto de transferência e de dominação, a partir de uma hierarquização do saber, cujo saber universitário e científico estão no mais alto patamar. Contudo, o conhecimento não pode ser meramente passado de um sujeito ao outro, pois ele é produzido nas relações entre os sujeitos e o mundo, e vai ser lapidado na crítica destas relações (FREIRE, 1983).

A educação popular, na concepção freiriana, vem nessa direção. Ela propõe uma percepção crítica da realidade, empenhada em criar condições para que os sujeitos desenvolvam consciência da realidade vivida. Ela fornece ainda, base para pensar noutra extensão, antagônica à existente. Romper com o modelo de extensão hegemônico, que vai na contramão do diálogo e dos interesses populares, requer “outras metodologias e outros processos educativos, a partir da adoção de novas pedagogias e princípios éticos, de modo a não se traduzir apenas como expressão de um fazer técnico” (EXTELAR, 2011, p. 17). Essa outra proposta deve considerar o *atuar com*, deve firmar o compromisso com a classe trabalhadora, numa perspectiva de emancipação e de construção de uma nova hegemonia, por isso, reivindica-se uma extensão popular.

Melo Neto (2006) traz ao debate diferentes concepções de *popular*, e vai afirmar que embora convirjam, possuem também especificidades, que podem variar historicamente. Popular pode ser algo que se origina do trabalho do povo; pode ter origem institucional, por meio de sindicatos, associações e organizações da classe; ou pode ainda ser uma metodologia que considere a participação social e política dos sujeitos. Por fim, sem esgotar as compreensões que podem variar, é também um posicionamento político, que vai na direção dos interesses das majorias sociais. O autor ressalta que não basta definir-se popular, pois há de se considerar a direção em que se mira aquilo que se nomeia.

O referido autor vai afirmar que



Assumindo a dimensão do popular, a extensão transpõe os muros institucionais, superando o seu exercício resumido apenas a ações de participantes de determinadas organizações sociais, sobretudo estatais. Adquire, como trabalho social, a dimensão de exterioridade, abrangendo ações educativas em movimentos sociais e outros instrumentos organizativos da sociedade civil, ou mesmo a partir do Estado (MELO NETO, 2006, p. 47-48).

Nesse sentido, a extensão popular como trabalho social, remete à crítica da típica separação na sociedade capitalista entre trabalho manual e trabalho intelectual. Nesta, grande parte dos trabalhadores são afastados das possibilidades de produção de conhecimentos nas instituições formais de educação, entre elas as Universidades. A superação dessa produção do conhecimento e do ensino exige a adoção de perspectivas, ações, reflexões e construções de conhecimento concretizadas em articulação com os trabalhadores historicamente excluídos deste processo, um trabalho coletivo que vise superar a histórica separação entre o manual e o intelectual.

Dessa forma, a Extensão Popular possui intencionalidade política direcionada à transformação social e na construção de outras relações sociais. Para isso, toma como central o diálogo com os movimentos sociais e entende que o fazer extensionista em destaque só é possível com a participação ativa dos sujeitos. E mais, a defesa da extensão popular passa não só pela reivindicação da participação, mas também pela apropriação dos/as próprios/as participantes daquilo que é produzido na atividade extensionista.

É a partir dessa perspectiva que o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), da Universidade Federal da Paraíba e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, vem desenvolvendo reflexões sobre a concepção de extensão popular como um trabalho social:

O entendimento de extensão como trabalho social útil opõe-se à visão fragmentada do trabalhador em relação ao processo produtivo, no modo de produção capitalista, determinada pela divisão social do trabalho. Assim conduzida, a extensão pode efetivar e fomentar, entre seus participantes, a necessidade da conquista de cidadania como um processo de formação de cidadão crítico e ativo, consciente e sujeito de transformação, superando o idealismo contemplativo e interpretativo da natureza (EXTELAR, 2011, p. 24).

Os autores ressaltam que é um trabalho social por não ser exercido como uma tarefa individual. Além de seu caráter social, também é útil, pois pretende expressar algum interesse e atender a determinadas necessidades humanas. É um trabalho que tem na sua origem a intenção de fomentar o relacionamento com o ensino e a pesquisa. Focaliza a realidade objetiva, de modo que seus resultados retornam aos produtores (EXTELAR, 2011, p. 24).



A extensão popular caracteriza-se assim como um trabalho social realizado de forma coletiva com foco na realidade objetiva a partir das demandas e necessidades socialmente identificadas. Nesta inter-relação, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, emergem possibilidades para a estruturação e reformulação de conhecimentos engajados com a luta pela ampliação das condições de vida da classe trabalhadora, função basilar na concretização de uma Universidade Popular.

Destaca-se ainda a necessidade de crítica à chamada inferioridade ou superioridade de saberes. Na construção de uma Universidade e de uma extensão popular o saber popular contribui dialeticamente para a construção de saberes científicos e vice-versa, gerando conhecimento na e com a sociedade. Na relação do saber popular e do saber científico, não cabe impedimentos ou tensões. “Ambos os tipos de saber bem que anunciam ajuda mútua e complementaridade, reconhecendo-se em si mesmos os seus limites e suas contribuições” (FELIPE; MELO NETO, 2017, p. 250).

É a partir dessa perspectiva de extensão que são apresentados a seguir os fundamentos e os princípios que orientam o Grupo Terra, Trabalho e Resistência. Seus compromissos situam-se na atuação conjunta com as coletividades rurais e suas realidades objetivas, de modo a construir por meio de seus saberes e necessidades a criticidade da realidade vivida, necessária ao processo de luta pela efetivação de suas necessidades e direitos.

TERRA, TRABALHO E RESISTÊNCIA: BALIZAS TEÓRICAS E PRINCÍPIOS ÉTICOS

*A própria terra é um meio de trabalho,
mas pressupõe, para servir como tal na agricultura,
toda uma série de outros meios de trabalho e
um grau relativamente alto de desenvolvimento da força de trabalho.
Mal o processo de trabalho começa a se desenvolver e
ele já necessita de meios de trabalho previamente elaborados.
(MARX, 2013, p. 257)*

Inicia-se este subitem do trabalho com uma breve reflexão de Marx n' *O Capital*, Livro I, quando situa que na sociabilidade capitalista a terra torna-se meio de trabalho. E é importante alertar: não apenas no campo, mas em todo espaço determinado pelo sócio metabolismo capitalista, a terra adquire expressão de 'bem capital', necessário para estruturar o processo de trabalho pelo qual ocorre o processo de valorização do capital.



A terra, enquanto recurso natural, fonte de vida, existe há centenas de milhões de anos, mas foi no fluxo da processualidade histórica que foi ressignificada como capital.

Desde o começo, a terra é incorporada no processo de trabalho como objeto e meio de produção. Nesse percurso, muda de figura. É retirada da natureza, humanizada. Ao mesmo tempo que é trabalhada e recriada, transforma-se em relação social. Está em marcha a apropriação da terra: tribal, comunitária, clânica, familiar, privada, capitalista (IANNI, 1984, p. 174).

É neste sentido que a terra se torna equivalente à riqueza, requisito para exploração do trabalho, fonte de prestígio e poder, objeto de disputa, elemento estrutural na sociabilidade capitalista. Por isso, é no capitalismo que surge a questão agrária (LINHARES; SILVA, 2021), que não se restringe aos espaços predominantemente agrícolas, rurais, mas é determinante da industrialização e dos processos de financeirização, implicando inclusive na questão urbana e ambiental.

Com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo, a terra se constitui como propriedade privada para o capital ou do próprio capital. Neste processo, as diversas metamorfoses da terra compreendem as diversas configurações do trabalho. A humanização da terra, segundo as condições da sociedade burguesa, compreende a sua transformação em relação social, relação de produção, propriedade burguesa. A natureza transfigura-se em histórias na trama das relações de produção, das contradições de classes (IANNI, 1984, p. 175).

Destarte, no capitalismo, terra e trabalho – em suas naturezas distintas, porém sempre como equivalentes de capital – tornam-se propriedade do capitalista. Ora, se “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p. 255), será a dissociação do homem com os meios de produção que afastará dele o produto de seu próprio trabalho. Ora, é um metabolismo perverso, que tem nestes dois elementos determinantes as bases de estruturação não apenas do processo produtivo, mas da própria sociabilidade, o que somente é possível pelo estranhamento, alienação, distanciamento entre produtor e o produto do seu trabalho.

Trata-se de um processo de exploração, que se enraíza fortemente, determinando uma zona confortável para as elites dominantes e extremamente desafiadora para trabalhadoras e trabalhadores. É nesta seara das relações sociais capitalistas, que mesmo extenuados, os explorados e subalternizados produzem resistência contra a violência e a opulência das elites, muito bem representadas no Estado burguês.

Na América Latina, desde o período colonial os processos de resistência notabilizam-se, ainda que a história oficial insista em apagá-los. A exploração colonial, que



deixa suas marcas, inclusive no atual modelo de capitalismo dependente, dialeticamente foi enfrentada nos inúmeros processos de lutas dos povos originários, das populações negras sequestradas em África e escravizadas no ‘novo mundo’, dos povos tradicionais, como os camponeses, que vivendo outra forma de se relacionar com a terra e com os homens, resistiram na defesa de outras sociabilidades.

Para não alongar a reflexão, ilustra-se tais processos de resistência com o exemplo do Quilombo dos Palmares, que foi grande referência de organização social e política com potencialidade libertária em relação ao regime opressor do escravismo colonial, sendo por isso mesmo fortemente combatido pelo Estado brasileiro e pelas oligarquias agrárias. Palmares simbolizou a possibilidade de uma república de homens livres (MOURA, 2020), com estabelecimento de outras relações sociais não determinadas pela acumulação do capital, mesmo que em sua forma primitiva.

A resistência fez-se ao longo da história brasileira e latino-americana de várias formas, desde os níveis locais no enfrentamento aos mandonismos oligárquicos, àqueles que visualizavam e que continuam a prospectar outra forma de sociabilidade. Neste sentido, entende-se que “a luta pela terra, no Brasil, vem de longe. E agrava-se em certas épocas. Há frequentes surtos mais ou menos intensos de pendências e conflitos, [que] têm relação com os surtos de expansão do capital, [especialmente] no campo” (IANNI, 1984, p. 177). A resistência constitui-se na evidente recusa de aceitar o lugar de dominação, a vivência das desigualdades orquestradas pelo sistema, para que uma ínfima parcela da população, as classes dominantes, permaneçam com seus privilégios.

Nesse sentido, o significado das lutas, dos movimentos e outras formas de resistência camponesas representam um obstáculo a expansão do capitalismo no campo, como bem aponta Ianni (2009):

[...] o seu caráter radical está no obstáculo que representa à expansão do capitalismo no campo; na afirmação da primazia do valor de uso sobre o valor de troca, sobre a produção de valor, sobre o trabalho alienado; na resistência à transformação da terra em monopólio do capital; na afirmação de um modo de vida e trabalho de cunho comunitário. (IANNI, 2009, p. 138-139).

Isso posto, a resistência, que é processo, torna-se inclusive estratégia de enfrentamento desta sociabilidade do capital, portanto, estratégia de luta nas suas mais variadas formas e nos mais diversos espaços da sociedade. Nada disso se fará descolando-se o campo, da cidade e das florestas. “Se há urbanização da sociedade e, conseqüentemente, absorção do campo pela cidade, há conseqüentemente a ruralização da cidade”. Por outro lado, “o controle da natureza, ligado às técnicas e ao crescimento das



forças produtivas, submetidas unicamente às exigências do lucro (da mais-valia) conduz à destruição da natureza” (LEFEBVRE, 2001, p. 178).

Aliás, a resistência é também a construção de espaço de estudos, reflexões, debates, pelos quais se evidenciam as contradições, tornando-as armas que potencializam processos de transformação das relações sociais e da estrutura societária.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA EXTENSÃO POPULAR NO TERRA, TRABALHO E RESISTÊNCIA

Foi com base nestas balizas teóricas que o grupo Terra, Trabalho e Resistência surge no início de 2022, a partir do início das atividades do Projeto de Extensão “Movimentos sociais, ruralidades e Serviço Social: educação popular e lutas sociais”, vinculado ao Departamento e Curso de Serviço Social da UFSC e à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX-UFSC).

Apesar da localização da data, sua criação guarda uma processualidade histórica anterior ao ano de 2022. Contribuiu de forma determinante a anterior intersecção das experiências extensionistas, de ensino e as áreas de pesquisa de docentes do Departamento de Serviço Social (DSS) junto à questão agrária, a soberania e segurança alimentar e nutricional, os coletivos, movimentos sociais e suas lutas no campo, nas cidades e nas florestas, tudo transversalizado na formação profissional em Serviço Social e pelo debate das políticas públicas, especialmente sociais. Também foram importantes as articulações pré-existentes com outros grupos e núcleos de Universidades, principalmente da região Sul do Brasil e da América Latina, cuja centralidade encontra-se nesta mesma área temática e têm em comum a perspectiva da extensão popular.

Foi este processo que embasou a prática extensionista do Terra, Trabalho e Resistência, voltada criticamente ao fortalecimento das mobilizações, movimentos e lutas sociais populares, a partir do reconhecimento do papel ético-político da Universidade, com ações dirigidas especialmente para as ruralidades e a questão agrária. Conforme consta na proposta em vigência (2022-2023) junto à PROEX-UFSC, o Grupo também busca “promover a troca de saberes na perspectiva da educação popular” (TERRA, TRABALHO, RESISTÊNCIA, 2021, s./p.).

Considerando as reflexões teóricas e políticas apresentadas acima, o Código de Ética Profissional do/da Assistente Social de 1993 e o Projeto Ético-Político – vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de



classe, etnia e gênero, ou seja, que supere a ordem do capital – o Grupo também definiu os princípios orientadores pelos quais caminhará.

Os princípios definidos podem ser compreendidos como parte de um processo de acarinhar a terra para plantar a semente e por onde se vê, antes mesmo da colheita, sinais seguros de que virá algo com muito mais consistência e fartura. De antemão, para estabelecer-se alinhado como uma proposta de Extensão Popular de fato, é fundamental o (1) respeito ao saber popular e a (2) defesa da concepção de uma Universidade popular, com a (3) indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Isso significa que (4) os conhecimentos acadêmicos necessitam estar alinhados com os interesses e demandas da população. Para isso, é necessário a (5) participação ativa dos sujeitos nos espaços da Universidade, e a (6) construção coletiva de ações voltadas para os seus interesses e necessidades.

Como boa experiência freiriana, também é inevitável que o (7) belo e o poético sejam incorporados nos sonhos coletivos também dentro da Extensão Popular, e que a construção de um projeto contra hegemônico tenha a (8) arte e a cultura como estratégias pensadas e partes importantes na construção do processo de Extensão. Da mesma forma, sabe-se que não há possibilidade de se construir conhecimento científico, ainda mais pelo viés popular que se desenha, sem (9) práxis e sem (10) primar pelos valores democráticos, pela (11) liberdade, pelo (12) diálogo, pelo (13) pensamento crítico e pela (14) emancipação.

Por fim, ao compreender o contexto histórico atual e que ele é produto de uma construção histórica e dialética permeada pela luta de classes, sabe-se da importância de se manter em (15) perspectiva de historicidade, considerando as particularidades latino-americanas e brasileiras, como também de Santa Catarina e da Grande Florianópolis. Assim, devido à importância histórica que assume ao que se deseja como Extensão Popular, é imprescindível que o (16) registro histórico se torne prática de síntese e sistematização de todas as atividades desenvolvidas.

CONSIDERAÇÕES ABERTAS PARA UM TRABALHO QUE SE INICIA

Ao tecer estas breves considerações alerta-se que não se pretende, de forma alguma, que sejam conclusivas, tanto porque o trabalho extensionista ora apresentado iniciou há pouco tempo, quanto porque se reconhece que ele faz parte da processualidade da construção de saberes, que sempre precisa estar aberta. É necessário considerar também que o tempo presente é de discussão, construção e implantação da curricularização da extensão nas Universidades brasileiras e que, na perspectiva do Serviço Social brasileiro,



ela deve se orientar pela extensão popular, comunicativa e orientada para os processos de uma educação emancipatória (ABEPSS, 2021).

As reflexões teóricas sobre a extensão popular aliadas às diversas formas de resistência camponesa instigam a aproximação da Universidade, por meio de diferentes experiências, com as demandas dos trabalhadores do campo. Entre essas experiências destacamos os fundamentos, as categorias que orientam, assim como os princípios que direcionam o grupo Terra, Trabalho e Resistência no Departamento de Serviço Social da UFSC.

O grupo alia-se à perspectiva de resistência e crítica às formas capitalistas de subversão da vida, do alimento e do trabalho em mercadoria. Suas finalidades fluem no sentido das formas divergentes de vida e trabalho, diante das criadas pelo capitalismo, opondo-se aos princípios do mercado, ao predomínio da mercadoria, ao lucro, à mais-valia. Alinha-se assim, a essência do campesinato, no sentido de uma produção com caráter familiar da mão-de-obra e a não objetivação do lucro, sendo que uma questão chave que define o capitalista é a fonte da mão-de-obra e a apropriação da mais-valia no processo de produção.

Na perspectiva do grupo, a centralidade da terra requer que a questão fundiária, a questão agrária e as estratégias populares de resistência baseadas em outra relação com a terra sejam discutidas, visibilizadas e fortalecidas a partir da prática extensionista. Balizados nos princípios e valores éticos elencados pelo grupo, entende-se que o compromisso agora é de fortalecer a concepção de que a terra é bem público natural, patrimônio coletivo da humanidade, o que vai de encontro ao ideário capitalista burguês, que a torna recurso privado e mercantilizável, por isso, fonte de poder, dominação e exploração.

Assim, o ‘Terra, Trabalho e Resistência’, reconhecendo o seu papel enquanto um coletivo universitário, cujas balizas teóricas sinalizam criticamente a urgência em construir alternativas a esta socialibilidade burguesa, coloca-se à disposição para construir parcerias com os movimentos, coletivos e grupos de trabalhadoras/es das cidades, das florestas e, especialmente, do campo. A extensão popular é estratégia pedagógica revolucionária, pois pode potencializar processos de transformação social, política, econômica e cultural a partir da organização e atuação da classe trabalhadora, mobilizando e valorizando seus saberes populares, bem como fortalecendo seus processos de lutas e de resistências.

Conclui-se emprestando de Gonzaguinha (1980) os versos que convidam a construir a “manhã desejada”:

*Acredito é na rapaziada
Que segue em frente e segura o rojão*



*Ponho fé é na fé da moçada
Que não foge da fera e enfrenta o leão.
Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia a troco de nada
Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói
A manhã desejada*

REFERÊNCIAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Documento preliminar acerca da curricularização da extensão**. Brasília: ABEPSS, 2021. Disponível em:

<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210608_documento-preliminar-curricularizacao-da-extensao-202106091753268191190.pdf>. Acesso em: 03/03/2022.

EXTELAR. **Universidade Popular** – texto para debate. 2011. Disponível em: <<https://ujc.org.br/wp-content/uploads/2017/04/universidade-popular.-Texto-para-debate.pdf>>. Acesso em: 10/05/2022.

FELIPE, Severino Pedro. MELO NETO, José Francisco de. Saber Popular e Saber Científico. In: MELO NETO, José Francisco de; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro (orgs.). **Extensão Popular: educação e pesquisa**. João Pessoa-PB: Editora do CCTA, 2017. (p. 225-254)

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1983.

IANNI, Octávio. A utopia camponesa. In: WELCH, Clifford A; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B; WANDERLEY, M. N. et al. (Orgs.). **Camponeses Brasileiros**. Leituras e Interpretações Clássicas. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2009.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IRELAND, Timothy D. Apresentação. In: MELO NETO, José Francisco de; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro (orgs.). **Extensão Popular: educação e pesquisa**. João Pessoa-PB: Editora do CCTA, 2017. 262p.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LINHARES, Maria Yedda, SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. [Tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO NETO, José Francisco. **Extensão popular**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2006.

MELO NETO, José Francisco. **Extensão universitária** – uma análise crítica. João Pessoa: Editora da UFPB, 2001.

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes Silva. **A luta pela terra**: experiência e memória. São Paulo: UNESP, 2004 [Coleção Paradidáticos; Série Poder].

TERRA, TRABALHO, RESISTÊNCIA. **Movimentos sociais, ruralidades e Serviço Social**: educação popular e lutas sociais. Ação de Extensão N. 202117000, Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão (SIGPEX). Florianópolis: PROEX-UFSC, 2021.